



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense
Corregedoria

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 6/CORREG/IFC, DE 06 DE AGOSTO DE 2024

Estabelece orientações para a elaboração do relatório final de conclusão do procedimento correccional investigativo e o uso da matriz de responsabilização nos processos investigativos e acusatórios.

A CORREGEDORA SUBSTITUTA DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE, designada pela Portaria nº 815, de 3 de maio de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 6 de maio de 2024, Edição 42, Seção 2, p. 15, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Resolução nº 55/CONSUPER/2016, e considerando o disposto na Portaria Normativa CGU nº 27, de 11 de outubro de 2022 e no Roteiro Unificado de Métodos Operacionais da Corregedoria-Geral da União, RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer a estrutura para a elaboração do relatório de conclusão do procedimento correccional investigativo, visando subsidiar o juízo de admissibilidade pela autoridade instauradora, bem como indicar a utilização da matriz de responsabilização nos procedimentos correccionais no âmbito da Corregedoria do Instituto Federal Catarinense (IFC).

Art. 2º O resultado do procedimento investigativo deve ser comunicado à autoridade instauradora por meio de um relatório final (modelo no Anexo I), observando a seguinte estrutura:

Tópico		Resumo
1	Contextualização	Fornecer uma breve descrição sobre o assunto em análise, incluindo a origem do assunto e uma visão geral da suposta irregularidade.
2	Conduta	Descrever a ação ou omissão supostamente praticada pelo agente público, enfatizando o verbo da oração para clarificar a conduta.
3	Agente	Identificar o suposto responsável pela infração, incluindo nome completo, matrícula SIAPE, cargo de origem, cargo à época dos fatos, datas de início e término do vínculo funcional com a Administração (se for o caso), e, se possível, endereço residencial e/ou eletrônico, bem como número de telefone.
4	Elementos de informação	Apresentar os elementos que possam demonstrar a prática da conduta pelo agente apontado.
	- Prova 1	Ex.
	- Prova 2	
	- Prova 3	
5	Possível tipificação	Sugerir o enquadramento da conduta identificada com base nos elementos de informação disponíveis.
6	Prescrição	Indicar a data em que a autoridade instauradora tomou conhecimento da suposta infração e as datas de extinção da pretensão punitiva para as penalidades de advertência, suspensão e expulsivas.
7	Registros relevantes	Registrar situações adicionais que possam interferir na decisão, como inquéritos policiais, ações penais, operações policiais, sanções disciplinares anteriores, ações de improbidade administrativa, ou outros processos disciplinares em andamento.
8	Recomendações	Oferecer uma conclusão sobre a instauração de PAD, oferta de TAC, prorrogação da investigação ou arquivamento da matéria.

Art. 3º O relatório elaborado deve contemplar os elementos da matriz de responsabilização.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense
Corregedoria

Art. 4º A matriz de responsabilização (modelo Anexo II) é um método de estruturação utilizado para organizar e sistematizar as informações coletadas durante a fase de admissibilidade e investigação de procedimentos correcionais. Ela serve como uma ferramenta para estruturar a apuração inicial das denúncias, possibilitando uma análise mais detalhada dos elementos envolvidos, como agentes, condutas, fatos, tipificação legal, prazos prescricionais e a possibilidade de se propor um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).

Parágrafo único. A sistematização das informações é fundamentada:

I - na identificação do suposto agente público envolvido na denúncia ou na representação;

II - na contextualização dos fatos e na conduta eventualmente praticada;

III - nos elementos que, a princípio, podem contribuir para demonstrar que o agente praticou a conduta sob apuração.

IV - no possível enquadramento disciplinar da conduta objeto da apuração.

Art. 5º A matriz de responsabilização deve ser anexada às notas técnicas que subsidiarão o juízo de admissibilidade. Ela serve como uma referência clara e concisa para comunicar os resultados do procedimento investigativo, aumentando a segurança jurídica da decisão da autoridade instauradora.

Art. 6º A matriz de responsabilização deve ser utilizada nos procedimentos investigativos e acusatórios. Nos procedimentos acusatórios, não é necessário juntá-la ao processo, mas ela deve estar presente no sistema ePAD, devidamente atualizada e preenchida com as informações previstas.

Art. 7º A possível falta de conformidade com esta orientação não leva à anulação do processo correcional correspondente.

Art. 8º Os casos omissos serão resolvidos pelo(a) Corregedor(a).

Art. 9º Esta Orientação Normativa entra em vigor na data de sua publicação, no endereço eletrônico da Corregedoria, disponível em <https://corregedoria.ifc.edu.br/normas-internas/>.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense
Corregedoria

ANEXO I

Modelo de Relatório Final da Investigação Preliminar Sumária (IPS)

Processo: XXX
NUP: XXX
Assunto: XXX
Denunciado/Representado: XXX

De acordo com os artigos 41 a 45 da Portaria Normativa nº 27/2022, de 11 de outubro de 2022, da Corregedoria-Geral da União, o(a) servidor(a) XXX, SIAPE XXX, foi designado(a) para a condução da Investigação Preliminar Sumária (IPS) por meio do Despacho nº XXX/20XX-CORREG/REI, relativo ao processo eletrônico nº XXX.

1. FATOS

Trata-se de processo autuado para fins de juízo de admissibilidade em face do servidor XXX, SIAPE XXX, ocupante do cargo de XXX, lotado no Campus XXX, em razão de suposto descumprimento XXX. A Corregedoria tomou ciência dos fatos em XXX, por ocasião do NUP/E-mail/outro.

Em suma, a narrativa da denúncia/representação aponta que XXX.

Ao relato, foram anexados os seguintes documentos: XXX.

2. INSTAURAÇÃO

Esta IPS foi instaurada pela Corregedora do Instituto Federal Catarinense, por meio do Despacho nº XXX/20XX-CORREG/REI, de XX de XXX de 20XX. O objetivo desta investigação é apurar eventual XXX em decorrência dos fatos descritos no processo eletrônico nº XXX.

3. INSTRUÇÃO

Os trabalhos desta IPS foram iniciados no dia XXX. No desenvolvimento da investigação foram necessários deslocamentos para diligências in loco. Constam no processo os seguintes elementos de informações que podem validar a narrativa apresentada:

Prova 1: *Documental*

Prova 2: *Testemunhal*

Para realização das oitivas, foi solicitado à Direção Geral do Campus XXX a reserva de sala para o dia XXX, a partir das X. Os servidores arrolados para prestarem esclarecimentos foram notificados via e-mail para comparecerem às oitivas na Sala XXX, do Campus XXX. Foram colhidos os seguintes depoimentos, que estão juntados aos autos na íntegra:

- 1) Depoimento 1
- 2) Depoimento 2
- 3) Depoimento 3
- 4) Depoimento 4

A partir destes elementos de prova, ficou comprovada a XXX.

A conduta praticada pelo servidor acarreta o descumprimento de dever funcional por inobservância de norma legal prevista no art. 116, incisos XXX, da Lei Nº 8.112/1990.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense
Corregedoria

4. CONCLUSÃO

Com base nas informações apresentadas nesta Investigação Preliminar Sumária (IPS), sugere-se a instauração XXX, para apuração do suposto XXX, por parte do servidor XXX, com fundamento no art. XXX, da Lei nº 8.112/90.

À consideração superior.

Blumenau, SC, XX de XXX de 20XX.

Nome, assinatura e cargo do servidor responsável



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense
Corregedoria

ANEXO II

Modelo da Matriz de Responsabilização

Processo Eletrônico nº XXX Referente Denúncia nº XXX/20XX					
Fato/Conduta	Agente/Entes Privados	Elementos de informação	Elementos faltantes	Possível tipificação	Ação Recomendada
Descrição do relato constante na denúncia/representação.	Agente que supostamente cometeu a infração	Descrição e o local das informações que indicam a ocorrência do fato e sua vinculação ao agente	Indicação das fontes de provas e dos meios de consultas possíveis.	Tipologia da conduta supostamente praticada.	Indicação da sugestão de conclusão

Módulo 2 - Descrição detalhada dos elementos de informação		
Evidência (Prova)	Origem	Localização
Ex.: 1. Contrato Social que comprova a existência de uma empresa onde o servidor é sócio-administrador. 2. Depoimentos	Ex. Consulta à JUCESC	Ex. Documento anexado à Ordem XX do processo

Módulo 3 - Prazo prescricional			
Data de ciência pela Corregedoria	Advertência (180 dias)	Suspensão (2 anos)	Demissão (5 anos)



ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 6/2024 - CORREG/REI (11.01.18.00.14)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 06/08/2024 16:07)

LUPERCIA DAIANE COLOSSI DAL PIAZ

CORREGEDOR - SUBSTITUTO

CORREG/REI (11.01.18.00.14)

Matrícula: ###862#4

Visualize o documento original em <https://sig.ifc.edu.br/documentos/> informando seu número: **6**, ano: **2024**, tipo:
ORIENTAÇÃO NORMATIVA, data de emissão: **06/08/2024** e o código de verificação: **cf62e9e12e**